



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº3/2024**

Período: 15/02/2025 - 21/02/2025

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Mulheres nas Forças Armadas I: Lula considera indicar uma mulher para o Superior Tribunal Militar
- 2- Mulheres nas Forças Armadas II: cresce o número de mulheres em posições de comando de forças militares no Brasil
- 3- Colunista comenta sobre a tentativa de golpe de Estado no Brasil
- 4- Bolsonaro e aliados, entre eles 23 militares, foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República por golpe de Estado e conspiração para assassinato
- 5- Denúncia da Procuradoria-Geral da República destacou omissões de comandantes militares com relação aos acampamentos em frente aos quartéis do Exército
- 6- Desdobramentos da retirada de sigilo dos depoimentos de Mauro Cid
- 7- Em delação premiada, Mauro Cid afirmou que Carlos Bolsonaro era o chefe do gabinete do ódio

1- Mulheres nas Forças Armadas I: Lula considera indicar uma mulher para o Superior Tribunal Militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está considerando a indicação de uma mulher para o Superior Tribunal Militar (STM), que ficará com uma vaga aberta em abril de 2025, após a aposentadoria de José Coêlho Ferreira. O STM, com mais de 200 anos de história, teve apenas uma mulher em sua composição até hoje. As advogadas Verônica Abdalla Stermán e Edilene Lôbo são os principais nomes para a vaga. Stermán tem um histórico de defesa de figuras como Gleisi Hoffmann e o vice-presidente Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (PSB), enquanto Lôbo, ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tem longa trajetória de prestação de serviços advocatícios para o Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar do apoio de setores do governo à nomeação de uma mulher, a possível escolha de advogadas ligadas ao PT gerou resistência no STM. Outros nomes, como o de José Levi Mello do Amaral Júnior e Rafaelo Abritta, também foram cogitados, mas perderam força. (*Folha de S. Paulo - Política - 15/02/25*)

## 2- Mulheres nas Forças Armadas II: cresce o número de mulheres em posições de comando de forças militares no Brasil

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* noticiou que cada vez mais mulheres têm ocupado cargos de comando das forças militares. Segundo o periódico, as mulheres puderam compor as Forças Armadas a partir de 1980, porém apenas em áreas específicas, a exemplo da saúde e intendência. Atualmente, elas podem atuar na maioria das funções e conquistar altas patentes, contudo, ainda são a minoria em postos de comando. Tal conjuntura está caminhando para uma mudança, tendo em vista as transformações nas políticas de ingresso nas forças militares e a perseverança de muitas mulheres ao pavimentar esta jornada. A *Folha* ainda informou que foi somente a partir de 2025 que as mulheres puderam se alistar ao Exército de forma voluntária, algo que antes só era possível por meio de concursos e escolas de formação de oficiais. De acordo com o Ministério da Defesa, 1.465 vagas para mulheres nas Forças Armadas serão oferecidas em 28 municípios e a expectativa é que o número de vagas aumente até atingir 20%. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 17/02/25)

## 3- Colunista comenta sobre a tentativa de golpe de Estado no Brasil

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho criticou a liberdade do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), ressaltando que ele ainda não está preso, apesar de sua participação em tentativas de golpe e desinformação sobre a derrota eleitoral de 2022. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho (PRD), é acusado por Carvalho Filho de apoiar a narrativa bolsonarista, disfarçando sua postura de colaboração com os militares golpistas e tentando repaginar a imagem de Bolsonaro. O colunista também destaca que o golpe de Estado em curso não se resume aos eventos e que as Forças Armadas brasileiras ainda podem ser incubadoras de golpistas. O cenário global, com o fortalecimento de figuras como o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é apontado como um possível apoio para futuras tentativas golpistas no Brasil, colocando em questão o futuro político do país. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/02/25)

## 4- Bolsonaro e aliados, entre eles 23 militares, foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República por golpe de Estado e conspiração para assassinato

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o atual procurador-geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco, denunciou o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) e mais 33 pessoas ao Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022. Entre os denunciados, estão o ex-ministro da Defesa e vice na chapa de Bolsonaro, general Walter Souza Braga Netto (PL), o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, o ex-ministro da Justiça Anderson Gustavo Torres, o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e deputado federal Alexandre Ramagem Rodrigues (PL-RJ) e o ex-ajudante de ordens, Mauro Cesar Barbosa Cid, que firmou delação premiada. No total, 23 militares das Forças Armadas foram denunciados, incluindo sete oficiais-

gerais. A denúncia apontou que Jair Bolsonaro liderou uma organização criminosa que tentou impedir a posse do presidente eleito e conspirou para assassinar Lula, seu vice, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (PSB), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o grupo liderado por Bolsonaro utilizou ameaças, violência e articulações políticas para invalidar o resultado das eleições e garantir a continuidade do governo do ex-presidente. Entre as estratégias, estavam a mobilização indevida de órgãos de segurança para dificultar o acesso de eleitores às urnas, a elaboração de minutas golpistas para formalizar a ruptura institucional e a tentativa de obter apoio militar para o golpe. Conforme aponta o *Correio Braziliense*, documentos da investigação revelam que Bolsonaro discutiu um decreto que anularia as eleições e ordenou o monitoramento de Alexandre de Moraes. A PGR também destacou o chamado plano "Punhal Verde e Amarelo", que previa, além da tentativa de impedir a posse de Lula, o assassinato de autoridades. O plano foi apresentado a Bolsonaro, que teria concordado com sua execução. Além disso, Mauro Cid revelou que o dinheiro para financiar o crime teria sido entregue por Braga Netto em uma sacola de vinho. Ao comentar a situação, Lula pontuou que "a partir do momento em que Bolsonaro pede por anistia, ele prova que é culpado". Para o atual presidente, o acusado deveria primeiro provar a sua inocência. Bolsonaro reagiu à denúncia afirmando ter "zero preocupação", enquanto sua defesa classificou as acusações como "fantasiosas" e "sem provas". Caso a denúncia seja aceita, Bolsonaro e os demais acusados se tornarão réus e responderão por crimes como tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, organização criminosa e dano qualificado contra o patrimônio público. O julgamento será conduzido pela Primeira Turma do STF, sob relatoria de Alexandre de Moraes. Se condenado, Bolsonaro pode pegar até 43 anos de prisão. A defesa do ex-presidente entrou com um pedido de concessão de 83 dias para responder à denúncia, porém a prorrogação do prazo foi negada por Moraes. Como justificativa, o ministro alegou que a solicitação carece de requisitos legais e os advogados tiveram acesso ao processo antes da queda do sigilo, devendo apresentar as alegações dentro do prazo de 15 dias. (*Correio Braziliense* - Política - 19/02/25; *Correio Braziliense* - Política - 21/02/25; *Folha de S. Paulo* - Política - 19/02/25; *O Estado de S. Paulo* - Política - 19/02/25)

#### 5- Denúncia da Procuradoria-Geral da República destacou omissões de comandantes militares com relação aos acampamentos em frente aos quartéis do Exército

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, após a denúncia do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) e parte dos seus aliados civis e militares, a omissão dos comandantes das Forças Armadas em relação aos acampamentos feitos em frente aos quartéis do Exército ainda é motivo de atenção. Apesar de apenas o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, ter participado da trama golpista, a denúncia do Procurador-Geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco, também destacou a omissão dos outros chefes militares em relação aos acampamentos formados por pessoas que pediam intervenção militar. Segundo o periódico, se a ordem para estimular as manifestações partiu do ex-presidente, os oficiais não deveriam tê-la cumprido. Contudo, em seu depoimento à Polícia Federal em março de 2024, o ex-comandante do Exército,

Marco Antônio Freire Gomes, negou que as manifestações foram respaldadas pelas Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Política - 20/02/25)

#### 6- Desdobramentos da retirada de sigilo dos depoimentos de Mauro Cid

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, no dia 19/02/2025, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, retirou o sigilo sobre a delação premiada do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, autorizando também a divulgação dos vídeos dos depoimentos. Nas gravações, Cid apareceu visivelmente abalado, chegando a chorar ao mencionar a exposição de sua família na investigação. Ele se queixou de que sua vida e a de seus parentes, incluindo irmãos que vivem no exterior, foram vasculhadas pela imprensa, além da divulgação de um áudio de sua filha falando sobre intervenção militar. Em novas denúncias, Cid também afirmou que o ex-presidente ordenou o monitoramento de Moraes, falsificou cartões de vacina, vendeu joias oficiais para pagar dívidas e utilizou o cartão corporativo da Presidência para pagar os gastos com motocicletas. A *Folha* também identificou alterações e contradições nos depoimentos divulgados. Desde que assinou o acordo de colaboração premiada em 2023, Cid passou por episódios de contradições, chegando a afirmar, em áudios vazados, que estava sendo pressionado a relatar fatos que nunca ocorreram. Em um dos trechos divulgados, o militar foi informado de que voltaria à prisão por ter acusado Moraes de pressioná-lo, ao que reagiu colocando a mão na testa, empurrando a caneta e se debruçando sobre a mesa, chegando a desmaiar. Moraes, por sua vez, advertiu que a omissão de informações comprometeria seu acordo de delação, ressaltando que a maior obrigação do colaborador é dizer a verdade sem contradições. Em novembro de 2024, durante uma audiência no STF presidida pelo ministro Alexandre de Moraes, Mauro Cid alterou significativamente seu depoimento sobre uma suposta trama golpista. Inicialmente, Cid descreveu uma reunião ocorrida em novembro de 2022 na residência do general Walter Braga Netto como um encontro informal para fotos com militares. Contudo, diante da pressão de Moraes, que ameaçou revogar seu acordo de colaboração premiada e decretar sua prisão, Cid revelou que o objetivo real da reunião era discutir estratégias para gerar caos social, visando justificar uma intervenção das Forças Armadas que manteria Bolsonaro no poder. Além disso, Cid modificou sua versão sobre um pedido de R\$100 mil feito por militares ao final de 2022. Inicialmente, afirmou que se tratava de uma brincadeira sem intenção real. Posteriormente, admitiu que acreditava que os recursos poderiam ser destinados a ações contra o ministro Alexandre de Moraes, como parte do plano denominado "Punhal Verde Amarelo". Após essas revelações, a Procuradoria-Geral da República (PGR), que defendia a prisão de Cid pelo descumprimento dos termos do acordo vigente, reconsiderou seu posicionamento e recomendou a manutenção do acordo, sendo acatada por Moraes. A *Folha* ainda afirmou que a PGR apresentou uma postura ambígua em sua denúncia contra Bolsonaro. Apesar de considerar a colaboração de Cid essencial para comprovar a trama golpista, omitiu algumas declarações que poderiam contradizer a acusação. A PGR destacou que Cid afirmou que Moraes foi monitorado duas vezes, uma a pedido dos militares e outra a mando de Bolsonaro. No entanto, a denúncia omite a justificativa dada por Cid de que Bolsonaro ordenou o monitoramento porque

estava irritado com encontros entre Moraes e o então vice-presidente, Antônio Hamilton Martins Mourão (Republicanos). Além disso, Cid declarou que recebia atualizações constantes sobre a situação, mas, em outra declaração, afirmou estar em um local de difícil acesso e com sinal telefônico precário. Após as novas revelações, o advogado de Bolsonaro, Celso Vilardi, criticou publicamente o andamento do processo de delação premiada. Em entrevista ao programa televisivo GloboNews, Vilardi apontou o fato de ter sido Moraes a ouvir o tenente-coronel. Para o advogado, um novo depoimento deveria ser tomado ou pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público Federal. Além disso, o advogado ratificou que a defesa tentará mostrar a não participação de Bolsonaro na situação, uma vez que, para ele, existem inconsistências na denúncia da PGR. Bolsonaro também fez sua primeira aparição pública após a denúncia da PGR, discursando para apoiadores e parlamentares do Partido Liberal (PL). Durante o evento, ele atacou a investigação da Polícia Federal, alegando que as denúncias são infundadas e reafirmando, sem provas, que as eleições de 2018 e 2022 foram fraudadas. O ex-presidente também convocou seus seguidores para manifestações marcadas para o dia 16/03/2025 e pediu que não levassem cartazes. Entre os apoiadores, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Silva Cavalcante, criticou a denúncia da PGR, afirmando que não há fundamentos jurídicos para as acusações. O senador Izalci Lucas Ferreira (PL) também defendeu Bolsonaro, alegando que a denúncia não apresenta elementos suficientes para uma condenação. (Correio Braziliense - Direito & Justiça - 20/02/25; Correio Braziliense - Política - 21/02/2025; Folha de S. Paulo - Política - 20/02/25; Folha de S. Paulo - Política - 21/02/25; Folha de S. Paulo - Política - 21/02/25; O Estado de S. Paulo - Política - 20/02/25)

#### 7- Em delação premiada, Mauro Cid afirmou que Carlos Bolsonaro era o chefe do gabinete do ódio

De acordo com reportagem do *Estado de S. Paulo*, o tenente-coronel Mauro Cid afirmou, em sua delação premiada, que Carlos Bolsonaro (PL), vereador do Rio de Janeiro e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, era o líder do gabinete do ódio, que ficou assim conhecido, em 2019, por estar sediado em uma “salinha pequenininha” no mesmo andar do gabinete do ex-presidente. Após o conteúdo da delação vir a público, o parlamentar carioca afirmou, em redes sociais, que Cid era um “pobre coitado”. Segundo o delator, o grupo, responsável pela estratégia de comunicação digital de Bolsonaro, era formado por Arnaud Tomaz, José Mateus e Mateus, que não teve o sobrenome revelado. Cid, por sua vez, reiterou que os três eram atuantes dentro da estrutura da assessoria do ex-presidente, acompanhando as mídias sociais sob o comando de Carlos Bolsonaro, sendo o responsável por dizer o que eles deveriam “colocar e falar”. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/02/25)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)  
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)  
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)  
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa  
Laura Meneghim Donadelli  
Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação**

Brenda Rodrigues de Carvalho  
Camila Mika Ozassa Sawada  
Duany Ferreira  
Iaritsa Jade Lima Freitas  
Isadora Helena Caleguer Figueiredo  
Julia Helena Esmeraldo  
Letícia Pereira de Lima  
Lucas Biagini Muniz e Borges  
Maria Luiza de Barros Costacurta  
Maria Luiza Garcia Rabelo  
Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Mariana Sala